



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

**Intervenção na Tomada de Posse de dois membros do Conselho
Superior do Conselho de Finanças Públicas
Sala de Visitas, 21 de janeiro de 2025**

**Intervenção de S. Exa.
o Presidente da Assembleia da República**

Se há dado relevante na política portuguesa dos últimos anos, é o facto de hoje existir, entre os principais partidos, um acordo sobre as finanças públicas. Um acordo sobre a necessidade do equilíbrio orçamental.

Não era óbvio, há uns anos, que este consenso viesse a existir. Os partidos chegaram a ele por caminhos diferentes. Chegaram, até, em momentos diferentes. Mas chegaram.

Os próprios cidadãos, ainda marcados pela memória da austeridade, são hoje mais exigentes com o tema. Mais atentos às metas orçamentais. Mais vigilantes com os decisores políticos. Ainda bem que assim é. **Por muitas razões. Permitam-me destacar três.**

Começo pela mais óbvia: sem margem orçamental, não há margem política. Podemos discutir as políticas sociais que queremos. O sistema de saúde e de ensino. As prioridades para a Cultura, ou para a Defesa. E haverá, para qualquer destes assuntos, inúmeras soluções possíveis: mais liberais ou mais sociais, mais uniformes ou mais descentralizadas, de provisão pública ou de parceria privada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

Mas só podemos ter estas discussões, se o país tiver margem orçamental. É uma pré-condição. Sem recursos, sem autonomia financeira, perdemos também capacidade de decidir as nossas políticas. Por isso, defender o equilíbrio das contas públicas é defender a nossa própria liberdade de decidir – tanto hoje, como no futuro.

Uma segunda razão. Tem a ver com confiança. Um Estado que gere bem os seus recursos; que é financeiramente responsável; que paga a tempo e horas, torna-se confiável.

Confiável, diante dos investidores – internos e externos. Mas, sobretudo, confiável diante dos cidadãos. Que gostam de perceber que os seus impostos são bem geridos. E que querem confiar nos legisladores e nos governantes que elegeram.

Se desejamos evitar a desistência cívica, a desilusão dos eleitores com a política, não podemos deixar de cuidar do equilíbrio das contas públicas. É uma forma de honrar – e de merecer – a confiança dos eleitores.

Há ainda uma **terceira razão.** A da justiça intergeracional. Qualquer país é sempre um contrato entre gerações. Herdamos um legado das gerações mais antigas e transmitimo-lo às futuras. Aos nossos filhos e netos. E queremos, nos vários domínios, deixar-lhes um país melhor.

É a pensar no futuro. Nos nossos filhos e netos. E nos filhos e netos deles.

O mesmo critério, a mesma preocupação com o futuro, também nos aconselha ao rigor nas contas públicas. Para que os défices de hoje não se tornem na dívida de amanhã. Nos impostos de amanhã. Na falta de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

autonomia financeira de amanhã. Para que não façamos obra hoje, com os recursos das gerações futuras. Até porque não temos esse direito.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Dizia-vos que o equilíbrio orçamental é hoje, no nosso sistema político, uma preocupação transversal. Não é um tema partidarizado, nem ideológico. É consensual.

O Conselho de Finanças Públicas, com o seu trabalho independente e credível, tem contribuído para que seja assim. Primeiro, oferecendo dados e critérios que ajudam à formulação de melhores políticas públicas. Depois, avaliando a qualidade das decisões tomadas e emitindo pareceres técnicos.

Não é por acaso que a autoridade do Conselho é tantas vezes invocada no debate público – e por partidos diferentes. Significa que, nos seus treze anos de existência, o Conselho já se tornou, entre nós, numa instituição com grande prestígio. Uma instituição útil e isenta. Que tem trazido informação e razoabilidade ao nosso debate público.

Aos membros hoje empossados no Conselho Superior do Conselho de Finanças Públicas, desejo que possam contribuir para a história de sucesso deste órgão que passam a integrar.

Faço votos, também, de que saibamos – no Conselho de Finanças Públicas, no Parlamento e no país – preservar este virtuoso consenso sobre o equilíbrio das contas públicas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO PRESIDENTE

Num tempo tão marcado por crispações e fraturas, vale a pena valorizar este assunto em que estamos de acordo. E em que podemos trabalhar juntos, para fazer a diferença. É isso que o país espera de nós.

Muito obrigado!

Disse.